

RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.477 - RO (2018/0346431-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : I Q C
ADVOGADOS : FERNANDO WALDEIR PACINI - RO006096
FRANCINE DE FREITAS FERNANDE - RO009382
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PORNOGRAFIA INFANTIL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO PRECISA DA DATA DOS FATOS. SUPERVENIÊNCIA DA CONDENAÇÃO. PREJUDICIALIDADE. ABSOLVIÇÃO. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por I. Q. C., com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Apelação n.º 0002192-26.2015.8.22.0701).

Consta nos autos que o Recorrente foi condenado como incurso no art. 217-A, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal e no art. 241-B da Lei n.º 8.069/90, em concurso material, à pena de 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 10 (dez) dias-multa (fls. 321-326).

Irresignados, a Defesa e o Ministério Público recorreram ao Tribunal de origem. A Corte estadual negou provimento à apelação defensiva e deu provimento à apelação acusatória para, afastando a incidência da redutora referente ao crime tentado, "*condenar I. Q. C. à pena de 9 anos de reclusão e 10 dias-multa, em regime inicialmente fechado, por infração ao art. 217-A, caput, do CP e no art. 241-B do ECA*" (fl. 411).

Nas razões do recurso especial, sustenta-se, inicialmente, ofensa ao art. 41 do Código de Processo Penal, sob o argumento de que a denúncia é inepta, uma vez que omitiu, de forma deliberada, a indicação da data dos fatos na narrativa inicial.

Alega-se, ainda, contrariedade ao art. 217-A do Código Penal e ao art. 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescentes, asseverando-se que não há provas

suficientes nos autos para justificar a condenação do Recorrente.

Contrarrazões às fls. 453-461.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da Dra. Julieta E. F. C. de Albuquerque, opinou pelo não conhecimento do recurso especial (fls. 490-491).

É o relatório. Decido.

De início, no tocante à apontada ofensa ao art. 41 do Código de Processo Penal, a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que, com a prolação do édito condenatório, após exauriente e regular instrução processual, ficam prejudicadas as alegações de deficiências na inicial acusatória, tendo em vista que a condenação confirma a plena e válida aptidão formal da denúncia para os fins da persecução criminal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1.º, INCISO IV, DA LEI N.º 8.137/1990. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. ARTS. 41 E 395, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ÉDITO CONDENATÓRIO CONFIRMADO PELO TRIBUNAL LOCAL. PREJUDICIALIDADE. PLEITO ABSOLUTÓRIO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. JUSTA CAUSA. INVERSÃO DO JULGADO. SÚMULA N.º 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Sobre o invocado ultraje aos arts. 41 e 395, ambos do CPP, entende esta Corte que tal intento, na via eleita do recurso especial, encontra-se superado diante da superveniência de sentença penal condenatória e ratificada pelo Tribunal local, após exauriente e regular instrução processual, o que deflui a plena e válida aptidão formal da prefacial acusatória para os fins da persecução criminal.

[...]

3. Agravo regimental desprovido." (AgInt no AREsp 1.354.143/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe de 03/04/2019; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. CRIME DE AUTORIA COLETIVA. DESCRIÇÃO SUFICIENTE DO FATO. DEMONSTRAÇÃO MÍNIMA DO LIAME ENTRE A AÇÃO DOS DENUNCIADOS E AS INFRAÇÕES PENAIS IMPUTADAS. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA PRESERVADOS. DECRETO CONDENATÓRIO SUPERVENIENTE. FURTO QUALIFICADO. CONCURSO DE PESSOAS. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. CONDENAÇÃO. PRINCÍPIO DO NON BIS IN IDEM. VIOLAÇÃO INOCORRENTE. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. FECHADO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS.

MOTIVAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A denúncia ofertada em desfavor dos agravantes contém a narrativa do fato ilícito, com todas as circunstâncias relevantes, de maneira suficiente ao exercício do direito de defesa. Ausência de violação do art. 41 do CPP.

2. O acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior, que, nos crimes de autoria coletiva, admite o oferecimento de denúncia geral, ou seja, aquela que, apesar de não detalhar minudentemente as ações imputadas aos denunciados, demonstra, ainda que de maneira tênue, a ligação entre seus comportamentos e os fatos delitivos. Precedentes.

3. Não bastasse, o entendimento desta Corte Superior é no sentido de que a superveniência da sentença penal condenatória torna esvaída a análise do pretendido reconhecimento de inépcia da denúncia, isso porque o exercício do contraditório e da ampla defesa foi viabilizado em sua plenitude durante a instrução criminal (AgRg no AREsp 537.770/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 18/08/2015). Precedentes.

[...]

6. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1.081.540/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe de 21/06/2017; sem grifos no original.)

No que tange à alegada ofensa ao art. 217-A do Código Penal e ao art. 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, as instâncias ordinárias, após análise exaustiva dos elementos do caderno processual, o que inclui provas orais judicializadas e periciais, concluíram que o Agravante efetivamente praticou atos libidinosos com a vítima menor de 14 (quatorze) anos, bem como armazenava vídeos de conteúdo sexual envolvendo crianças e adolescentes no seu local de trabalho (fls. 404-410).

Nesse contexto, eventual revisão da conclusão alcançada pelas instâncias ordinárias, com o objetivo de absolver o Recorrente, exigiria aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, o que não é possível nos estreitos limites do recurso especial, conforme se extrai da Súmula. n.º 7 desta Corte Superior.

Nesse sentido:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DENÚNCIA. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. CORRELAÇÃO ENTRE SENTENÇA E DENÚNCIA. OBEDIÊNCIA. MATERIALIDADE A AUTORIA. COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO. SÚMULA N. 7 DO STJ. CAUSA DE AUMENTO ART. 226, II, DO CP. MANUTENÇÃO. CONTINUAÇÃO

DELITIVA. OCORRÊNCIA. FRAÇÃO ADEQUADA. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INCOMPETÊNCIA. EXECUÇÃO IMEDIATA DA PENA. REFORMATIO IN PEJUS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

4. A instância antecedente apontou a existência de provas suficientes da autoria, da materialidade e da continuidade delitivas, com base, principalmente, nos depoimentos da vítima, que estão em consonância com as demais provas dos autos, a saber, as testemunhas de acusação, o parecer psicossocial e o laudo produzido.

5. Considerar o pedido de absolvição do réu, seria necessário o revolvimento de todo o conjunto fático-probatório produzido nos autos, providência que, conforme cediço, é incabível na via do recurso especial, consoante o enunciado na Súmula n. 7 do STJ.

[...]

11. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 1.055.802/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe de 09/10/2017; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ART. 217-A DO CP. PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI. OFENSA INEXISTENTE. AUSÊNCIA DE PROVAS PARA CONDENAÇÃO. VERIFICAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Ao contrário do que sustenta a parte recorrente, não houve ofensa ao princípio da irretroatividade da lei. Segundo o acórdão recorrido, o delito em questão teve a sua consumação protraída para momento posterior ao advento da Lei n. 12.015/2009, o que atrai a aplicação à espécie da orientação jurisprudencial sumulada no verbete n. 711/STF, não se aplicando o art. 214 do CP.

2. O Tribunal a quo decidiu que o contexto probatório dos autos reveste-se de segurança necessária para a formação de um juízo de certeza de que o réu praticou o crime em questão. Assim, alterar o acórdão recorrido, a fim de concluir pela absolvição e ausência de provas coerentes, como requer a parte recorrente, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório colhido nos autos que originou as condenações objeto da unificação, o que encontra óbice na Súmula n. 7 desta Corte.

3. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 1.042.131/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe de 20/09/2017; sem grifos no original.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

